



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
Secretaria-Executiva

REGISTRO DE REUNIÃO

Comitê Ministerial de Governança —

1ª Reunião Ordinária

Data: 05 de março de 2024

Horário: 14h00 às 17h00

Local: sala 763 – 7º andar – Bloco C – Esplanada dos Ministérios

Equipes: MPI/GM, MPI/SEART, MPI/SEDAT, MPI/SEGATI, MPI/CGGA/COGE, MPI/GEPROJ, MPI/GIZ, FUNAI/DAGES, GIZ.

Participantes: Lista Anexada

RELATO DA REUNIÃO

Aos 05 dias do mês de março do ano de 2024, às 14h00, em formato híbrido, na sua Sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 7º andar, sala 774 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília-DF, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Ministerial de Governança – CMG/MPI, sob a Presidência da Ministra de Estado do Ministério dos Povos Indígenas, Sra. Sonia Guajajara e do Secretário-Executivo, Sr. Eloy Terena e com o comparecimento dos participantes conferidos na lista de presença anexa.

A reunião deu início com a Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sra. Sonia Guajajara, comentando sobre a publicação da Portaria que instituiu o Comitê Ministerial de Governança – CMG/MPI, relata sobre muitas pautas a serem acompanhadas, monitoradas e orientadas por este comitê, tem a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) como membro direto, comenta sobre a Diretoria Colegiada da FUNAI, que se reúne toda segunda-feira para repassar os encaminhamentos, o MPI vai adotar essa frequência de reuniões, encontros para analisar as pautas mais sensíveis ou simples para encaminhar as decisões de forma conjunta e com planejamento. Agradeceu a presença de todos, desejando uma boa reunião.

O Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas inicia a pauta proposta para a 1ª Reunião Ordinária do Comitê Ministerial de Governança - CMG/MPI, iniciando as apresentações com a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI).

Item 2 - a) Estrutura de Governança - Portaria de Instituição do CMG e seu funcionamento; (AECI/MPI)

Resumo das discussões: Inicialmente, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno apresentou a Estrutura de Governança proposta para o Ministério dos Povos Indígenas, bem como a portaria de instituição do CMG. Detalhou ainda o funcionamento do colegiado, discorrendo sobre

questões estratégicas, conceituais e relacionadas à governança pública.

Deliberações: A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), vai provocar as áreas e apresentar Minutas de Portaria dos comitês.

Inversão de pauta: Foi solicitada a inversão de pauta pelos membros, por questão de cumprimento da agenda da Presidente Substituta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Item 4 - Compartilhamento de Informações sobre a FUNAI; (CONJUR/MPI)

Resumo das discussões: A Consultora Jurídica do MPI relatou as tratativas que vêm sendo feitas em conjunto com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), para que se defina o compartilhamento de dados e informações com o MPI. Ressaltou que a FUNAI se comprometeu a fazer o levantamento dos dados e informações já classificados serem transferidos para o MPI, por sua vez, deveria elaborar uma Minuta de Portaria, que regulamenta essa transferência.

1º - **Acervo Documental do MPI** – Conforme a Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023 (MP 1.154, de 1º de janeiro de 2023, art. 71 e art. 42 e seus incisos).

2º - **Compartilhamento de Dados – MPI – FUNAI** - Conforme o Decreto n.º 10.046, de 9 de outubro de 2019, art. 3º, e seus incisos.

A regulamentação da transferência de acervo, como existem os dois órgãos, é um compartilhamento, envolvendo todo o acervo que a FUNAI possui, por força da lei, pertence ao MPI. A Consultora Jurídica (CONJUR/MPI) ressalta a urgência desse compartilhamento de informações. É relatado que não se trata de transferência de informações para tirar o acervo de um dos órgãos, mas sim de compartilhar essas informações, são órgãos com competências em níveis diferentes, mas são semelhantes. O MPI vai fazer a categorização das informações, FUNAI é gestora.

O Secretário-Executivo relata que é um assunto levantado em outras reuniões com a Presidência da FUNAI, tanto a dificuldade judicial como política, referente às informações não fornecidas, mais que acessar os dados, a importância para não sobrecarregar a FUNAI, provocada pelo MPI. Já foi encaminhado um ofício pedindo providências e não obteve respostas, é uma deliberação necessária. Na minuta de Portaria está bem resguardado os interesses.

A Presidenta Substituta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), informa que desde a primeira reunião que foi levantada essa questão sobre o compartilhamento dos dados, foi orientado aos departamentos da FUNAI, para compartilhar com o MPI os processos públicos sem restrição, o restrito depende da solicitação, informa que os processos que são sigilosos, uma grande parte trata-se de regularização fundiária. Relata sobre a portaria de compartilhamento de dados que resguarda o cidadão, solicita o compartilhamento da Minuta de Portaria do MPI.

A Consultora Jurídica (CONJUR/MPI) reforça que o compartilhamento de dados entre órgãos públicos segue o nível do sigilo. A Minuta de Portaria vai além do compartilhamento de informações e o próprio acervo processual da FUNAI, o MPI também passa a ser gestor.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno informa que o Plano de Informação é obrigatório, sem prejuízo na proteção dos dados.

O Secretário-Executivo do MPI autoriza o compartilhamento da Minuta de Portaria com a FUNAI e Secretarias do MPI.

Deliberações: Foram estabelecidas ações e responsabilidades das áreas pela checagem, avaliação,

complementação, correção ou encaminhamento de dados e informações. A Consultora Jurídica (CONJUR) vai encaminhar Minuta de Portaria referente ao Acervo Documental e Compartilhamento de Dados com a Presidência e Jurídico da FUNAI e Secretarias do MPI, no prazo de 7 dias, para análise da Minuta.

Item 8 - Reestruturação da FUNAI; (GM/MPI)

Resumo das discussões: A Chefe de Gabinete Substituta do Gabinete da Ministra do MPI, apresentou os informes sobre a portaria de reestruturação da FUNAI, no qual o MPI foi convidado, solicita mais informações e compartilhamento por parte da FUNAI, faz questionamentos referente aos grupos de trabalhos e seu funcionamento, no qual o MPI ficou como convidado.

A Presidente Substituta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) informa que vai ser realizado o Grupo de Trabalho entre os dias 18 e 22 do mês de março. O Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Associação Nacional dos Servidores da FUNAI (ANSEF) vão participar como convidados. O GT está sendo coordenado pela Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), reforçando que a reestruturação da FUNAI envolve todos os pontos.

A Chefe de Gabinete Substituta do Gabinete da Ministra (GM/MPI) questiona se o MPI está participando como convidado, reforçando que um trabalho em conjunto traz resultados mais fortes, comenta sobre a alteração de estrutura, principalmente nos níveis de cargos.

A Presidente Substituta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) informa que não pode confirmar e responder aos questionamentos, vai ser levada para a Diretoria Colegiada da FUNAI.

A Secretária Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (SEGAT) questiona a não participação do MPI, como membro do GT/FUNAI.

O Secretário-Executivo do MPI solicita a inclusão dessas informações e questionamentos por meio de ofício para a FUNAI.

Deliberações: Envio de um ofício para a FUNAI, referente à participação do MPI.

Item 2 - b) e-Agendas, importância e demandas recentes; (AECI/MPI)

Resumo das discussões: O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) passa os informes sobre o e-Agendas, a política de transferência de agendas, sua importância, demandas recentes e os riscos.

Deliberações: A Assessoria Especial de Controle Interno vai publicar uma instrução sobre o e-Agendas com todas as áreas do Ministério dos Povos Indígenas.

Item 2 - c) Informe sobre o Relatório de Gestão Integrado – RGI 2023. (CGGA/MPI)

Resumo das discussões: Foi realizada uma breve apresentação em formato virtual do Coordenador-Geral de Gestão e Administração (CGGA), sobre o Relatório de Gestão Integrado 2023, com os objetivos estratégicos, informando que o material já está disponível para diagramação. O Secretário-Executivo solicitou o envio do material para avaliação.

Deliberações: Foi estabelecido o envio para a Secretaria-Executiva (SE/MPI) e Secretarias do MPI (SEDAT, SEGAT e SEART) para apontar considerações com prazo até o dia 8 de março de 2024 (sexta-feira). A Secretaria-Executiva vai liberar para diagramação no MGI até o dia 11 de março de 2024 (segunda-feira).

Item 3 - Gestão de Bens Móveis e Segurança Predial - Informes e propostas para deliberação sobre melhoria da segurança e redução de riscos. (SE/MPI e AECI/MPI)

Resumo das discussões: Foi apresentado os informes sobre a Gestão de Bens Móveis e Segurança Predial, o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, propõe que o MPI leve ao Comitê Interministerial de Governança do Centro de Serviços Compartilhados (ColaboraGOV), uma proposta de GT para uma padronização de fluxo e procedimentos para todos os Ministérios, outra demanda é a realização de um estudo pela área do MPI responsável.

A Chefe de Gabinete (SE/MPI) relata que o MGI informou que está finalizando uma operação de segurança predial, com instalações de catracas nas portarias e câmeras.

Deliberações: A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) vai provocar as áreas.

Item 7 - Plano de Ação da AECI /MPI 2024

Resumo das discussões: Foi elaborado e apresentado pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e o Plano de Ação da AECI, solicitou apreciação de todas as áreas finalísticas e indicação de novos projetos.

Deliberações: A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) vai provocar as áreas finalísticas.

Item 9 - Gratificação para Servidores do MPI

Resumo das discussões: Foi apresentado os informes e vai ser realizado um despacho com a Ministra de Estado sobre a pauta em questão.

Deliberações: Não houve deliberações nesse ponto de pauta.

Item 10 - Encaminhamentos e Encerramento.

Vencido o tempo previsto para a reunião antes que fosse possível concluir todos os pontos de pauta, como o item 5 e 6, a reunião foi encerrada às 17h00 pelo Secretário-Executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), que deliberou, com a concordância dos demais membros do colegiado, pela continuidade de discussão em nova reunião, estabelecendo uma nova data para a 2ª Reunião Ordinária CMG/MPI, no dia 5 de junho de 2024 (quarta-feira).

[1] 1ª Reunião Ordinária do Comitê Ministerial de Governança - CMG



Documento assinado eletronicamente por **Eloy Terena, Secretário(a) Executivo(a)**, em 17/05/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42107032** e o código CRC **87F71E02**.